



Programas de Pós  
Graduação em Economia e  
Administração da  
PUC-SP



## BOLETIM PIAU Primeira infância

Prof. Dr. Renan Antônio da Silva, UNESP

### Boletim PIAUI Abril, 2020

#### 1. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

##### *A ludicidade dos jogos, brinquedos e brincadeiras*

Sobre os benefícios da brincadeira de faz de conta na aprendizagem de crianças, pode-se destacar o aumento do desenvolvimento e aprendizado em um contexto de diversão e fantasia, desenvolvimento do lado intelectual e, principalmente, criação de oportunidades para a criança elaborar e vivenciar situações emocionais e conflitos sentidos no dia a dia (PINATI *et al.*, 2017).

Em situação escolar, o professor deve ter presente que, nas brincadeiras as crianças criam e estabilizam aquilo que conhecem sobre o mundo. Porém, essas situações não podem ser confundidas com aquelas em que o brincar ou os jogos estão ligados intencionalmente a atividades de aprendizagem de conceitos, pois aí é o professor que direciona as ações no sentido de ensinar os conteúdos exigidos pela escola (SABINI; LUCENA, 2016, p. 45).

O ato de brincar no campo educacional ainda não recebe a atenção especial, conforme deveria. Os estudos realizados por Barros (2009) mostram uma triste realidade enfrentada por este segmento da educação.

Segundo Barros (2009), as políticas educacionais da atualidade são sustentadas pelos princípios voltados em preparar a criança para o mercado consumidor. Tal ação faz com que o comprometimento com a formação social e integral do indivíduo seja deixado em segundo plano, o que interfere em seu desenvolvimento. Ainda dando segmento a esta questão, temos um quadro de educadores pouco qualificados, pais e mães oprimidos e pouco participativos na educação dos filhos. De acordo com Barros (2009), as educadoras do segmento da educação infantil encontram-se preocupadas em preparar os alunos para que cheguem ao ensino fundamental alfabetizados. Esta preocupação pode ser considerada como um dos principais motivos para a redução do tempo de brincar das crianças deste segmento. Existe uma grande preocupação por parte dos professores, especialmente no período final da educação infantil, em antecipar a alfabetização da criança, reduzindo seus espaços de brincar. É importante que os educadores saibam diferenciar a brincadeira natural das crianças e as brincadeiras com finalidades pedagógicas.

Apesar da crença de que a brincadeira é uma atividade natural da criança, há uma diferença entre a situação de jogo que é da iniciativa dela, e que surge de intenção e curiosidade, e o jogo com finalidades pedagógicas. O jogo em situação didática implica planejamento e previsão de etapas pelo professor para alcançar objetivos predeterminados (SABINI; LUCENA, 2016, p. 45).

No contexto escolar, as atividades escolares estão cada dia mais voltadas à escolarização precoce. O brincar, atividade principal do período da infância, está se perdendo e outras atividades estão sendo direcionadas ao processo de alfabetização (BARROS, 2009).

Outra questão a ser considerada é o acelerado processo de mudanças em nosso mundo e uma civilização cada vez mais técnica, a criança está perdendo sua capacidade de brincar. O espaço do brincar está perdendo lugar para um mundo mecanizado e informatizado (ROJAS, 2007).

O uso excessivo da tecnologia por adultos poderá de certa forma influenciar no comportamento das crianças. Desta forma, não se pode transferir para a elas, o pensamento humano intelectual, pois isso pode provocar na criança um comportamento desumano que poderá se transformar em consequências negativas para as crianças futuramente. A prática lúdica na infância é com certeza o que há de melhor e mais valioso para criança durante sua infância. E ainda permitirá que ela leve experiências únicas por toda vida (ROJAS, 2007).

De acordo com Kishimoto (2010), o brincar é um ato livre e pode surgir em qualquer momento, é iniciado e conduzido pela criança. Através do brincar a criança sente prazer, relaxa, se envolve, aprende regras, linguagens e desenvolve habilidades.

A fascinação do homem pelo lúdico o acompanha desde as origens da civilização. Entende-se que sua considerável importância para a aprendizagem e educação das crianças, ultrapassa os limites da modernidade. No passado, os gregos Platão e Aristóteles já reconheciam o valor do lúdico para a educação de suas crianças (ALVES, 2009). Ainda para o autor, o lúdico é apresentado como recurso da criança para se comunicar, para se relacionar com o outro, para compreender a si mesma e as “coisas” que ocorrem à sua volta, de modo a contribuir com o seu processo de desenvolvimento.

Para Kishimoto (2010), o brincar proporciona às crianças muitas experiências corporais e sensoriais. Ao se planejar práticas pedagógicas deve-se conhecer a criança. Cada uma delas é diferente, tem preferências, particularidades e singularidade.

No mundo infantil, as crianças avançam em ritmos diferentes. É importante oferecer ambientes com variedade de brinquedos para atender ao ritmo de cada criança, deve-se respeitar a diversidade sempre. Muitas são as formas que as crianças utilizam para se comunicarem. Elas não utilizam apenas a linguagem verbal, possuem inúmeras linguagens como: o gesto, a palavra, o desenho, a pintura, canções, gestos e dança. Estas e outras linguagens permitem que a criança se expresse de forma lúdica (KISHIMOTO, 2010).

É indiscutível que a prática de atividades lúdicas no ambiente escolar é importante para o processo de ensino e aprendizagem das crianças. Os estudos de França (2016) mostram informações preocupantes quanto à

ludicidade nas escolas. Segundo a autora estamos distantes de uma prática pedagógica lúdica, isso é o que está acontecendo nas escolas nos tempos atuais. Especialmente nos anos iniciais, ou seja, no ensino fundamental nas escolas públicas e estaduais. Ainda de acordo com França, o cotidiano na escola quase não mudou quando comparado aos tempos passados. Desde o momento da chegada, a realização da fila, da oração é realizada praticamente da mesma forma, ou seja, com mediação majoritária do professor.

Percebe-se que o educador e toda equipe escolar, devem buscar por novos métodos e práticas para oferecer um ambiente mais atrativo e as crianças. Os brinquedos e brincadeiras propiciam uma agradável experiência e oferecem meios para que a criança possa interagir de forma mais natural e lúdica com o universo ao seu redor. Segundo Kishimoto (2017) o brinquedo coloca a criança em contato com reproduções, ou seja, de certa forma um dos principais objetivos do brinquedo é oferecer à criança uma versão ou substituto dos objetos reais, para que desta forma elas possam utilizá-los. A autora ainda acrescenta que o brinquedo sempre estará relacionado ao tempo da infância, com representações transmitidas através da memória e imaginação. Brinquedo e brincadeira estão diretamente relacionados com o universo infantil.

Para Alves (2009) os jogos e as brincadeiras foram entrando aos poucos nas escolas de educação infantil. A partir deste acontecimento, torna-se inevitável relacioná-lo à educação das crianças. A criança é um ser em formação que exige atenção e cuidados especiais. Para Alves (2009), os jogos e as brincadeiras foram entrando aos poucos nas escolas de educação infantil. A partir deste acontecimento, torna-se inevitável relacioná-lo à educação das crianças. A criança é um ser em formação que exige atenção e cuidados especiais, a fase da infância apresenta características e necessidades muito específicas.

Com a realização de um estudo sobre as necessidades das crianças pode-se obter importantes informações para trabalhar com jogos na educação infantil. Segundo Kishimoto (2017) quando se entende as necessidades infantis, o jogo pode tornar-se uma forma adequada para aprendizagem dos conteúdos escolares, possibilitando a aprendizagem dos conteúdos de forma prazerosa e lúdica.

## Referências

ALVES, F. D. O lúdico e a educação escolarizada da criança. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2009. 193 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vtzmp/pdf/oliveira-9788579830228-04.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BARROS, F. C. O.M. de. Cadê o brincar? da educação infantil para o ensino fundamental. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2009. 219. p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/bdcnk/pdf/barros-9788579830235.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

KISHIMOTO, T. M. (Org.) Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo, SP: Cortez, 2017. 208 p. Disponível em: <<https://www.livrebooks.com.br/livros/jogo-brinquedo-brincadeira-e-a-educacao-tizuko-m-kishimoto-on02dwaaqbaj/baixar-ebook>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PINATI, Carolina Taciana *et al.* Os jogos e brincadeiras na educação infantil. Ciência ET Praxis, [S.l.], v. 10, n. 19, p. 57-62, dez. 2017. ISSN 1983-912X. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/praxys/article/view/2658/1505>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

## **2. EDUCAÇÃO 4.0 PARA A INDÚSTRIA 4.0: PROTAGONISMO DO AVANÇO SOCIAL NO CENÁRIO INTRODUZIDO PELA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO**

### **Introdução**

Muitos questionamentos surgem sobre o contexto da sociedade de informação e de sua extensão na indústria e no mundo do trabalho e decorrentes exigências para a formação do indivíduo na contemporaneidade. No meio de tantas preocupações na tentativa de identificar o papel das novas tecnologias, este texto procura discutir a relevância da formação educacional e como as tecnologias podem possibilitar a inserção do indivíduo e seu efetivo exercício da cidadania no atual cenário da indústria 4.0.

O panorama de desenvolvimento científico, cultural, social e econômico atual aplicado na sociedade oferece tecnologias físicas, que auxiliaram a dominar a natureza; as tecnologias organizacionais, que orientaram a organizar o convívio em sociedade; e as tecnologias simbólicas que proporcionam o registro e o acúmulo do conhecimento humano, bem como o envio e a recepção de informações e a comunicação entre as pessoas (DANIEL, 2003).

As tecnologias da informação e da comunicação estendem os sentidos do homem na medida em são produtoras e veiculadoras de signos e significações, podendo ser consideradas tecnologias inteligentes. As tecnologias da informação e da comunicação fizeram com que novas linguagens se instalassem na educação, porém não com a velocidade com que elas foram se integrando a outras áreas do conhecimento.

É por essa razão que o processo educacional deve incorporar inovações tecnológicas de modo a levar mais aproveitamento a todos os agentes envolvidos. É o desafio, hoje, da educação para atender à sociedade da informação.

Assim, esta pesquisa, de natureza exploratório-descritiva, desenvolve-se a partir de fundamentos teóricos no âmbito da indústria 4.0, sociedade da informação e da educação. Para a organização deste artigo, partiu-se de uma discussão sobre Sociedade da informação e mercado de trabalho; em seguida, apresenta-se uma descrição sobre A organização empresarial e o trabalho a partir da quarta revolução industrial; da Influência do sistema educacional na definição da estrutura social; da Educação e Tecnologia: políticas educacionais e, por fim, da Educação proativa como elemento definidor e propulsor da sociedade.

### **A sociedade da informação e a demanda do mercado de trabalho**

A informação é elemento intrínseco da sociedade humana. Sua existência desde os primeiros agrupamentos de pessoas nunca se mostrou objeto de contra argumentação. Não obstante o exposto, no cenário moderno da sociedade observa-se a crescente valorização do saber da informação e isto tem atingido expressivamente o mundo dos negócios.

Os profissionais são demandados a ampliarem seus saberes da informação e a atuarem, de modo que esses conhecimentos sejam inseridos na sua rotina, para contribuir cada vez mais com os objetivos da(s) instituição(ões) a que estão vinculados. A importância que se dá à informação provocou uma mudança de paradigma social com o surgimento do conceito de “sociedade da informação”.

Siqueira Junior (2007, p. 743) afirma que, a partir do final do século XX, a sociedade passa por intensa transformação:

Vivemos numa sociedade em que a informação tornou-se objeto valorativo central contemporâneo, surgindo a denominada sociedade da informação. Essa deixa de ser um puro conceito ideal e passa a ser encarada como um objeto jurídico, na medida em que influi nas relações jurídicas com efeitos determinados sobre os particulares e cidadãos. Daí advém a necessidade de estudá-la [...] (SIQUEIRA JUNIOR, 2007, p. 743).

Esclarece ainda Siqueira Junior (2007) que essa expressão foi pronunciada em 1993 por Jacques Delors, Presidente da Comissão Européia.

Segundo Delors (1998), a educação para o século XXI apresenta princípios que, além de reforçarem, cada vez mais, a responsabilidade sobre os saberes adaptados à civilização cognitiva, pois esses são as bases das competências do futuro, inserem, também, em seu escopo a responsabilidade social.

Desde então, as políticas educativas são consideradas não só um processo permanente de enriquecimento dos conhecimentos, das competências, do saber-fazer, mas também uma via privilegiada de construção da própria pessoa, das relações entre indivíduos, grupos e nações.

Diante dessa realidade é oportuno se estabelecer uma referência conceitual para informação. Nesta frente, Siqueira Junior expressa:

A informação é inerente à socialização do próprio homem. O conceito de informação é complexo e não há muito consenso sobre ele. Para alguns, informação é uma mensagem. Para outros, a informação é o conteúdo e a substância da comunicação (SIQUEIRA JUNIOR, 2007, p. 749).

O tema ganha tanta roupagem que Lisboa defende a existência da revolução informacional: “[...] a revolução informacional trouxe o aprimoramento dos meios de comunicação, possibilitando o acesso coletivizado da informação e, ainda, a interoperabilidade na rede” (LISBOA, 2006, p. 78).

A revolução pretendida tem como objeto a utilização e propagação dessa informação através dos meios de comunicação, de forma a contribuir para o desenvolvimento e evolução da sociedade.

Sendo esta a realidade da sociedade atual, é oportuna a reflexão sobre a contribuição da política pública educacional para o alcance dos anseios do mundo dos negócios, ou seja, é oportuna a reflexão sobre uma política pública educacional que, ciente da reinante sociedade da informação, atue conjuntamente com esta formando os futuros profissionais, preparando-os para fomentarem o crescimento econômico e social do cenário nacional.

Assim, em título próprio, estar-se-á aguçando a oportuna revisão do “modelo de ensino-aprendizagem” vigente, a partir da realidade imposta pela sociedade da informação, bem como pela indústria 4.0.

Cumpre-nos, neste diapasão, distinguir informação de conhecimento, cientes de que o ambiente educacional cada vez mais fomentará o saber, desenvolvendo nos indivíduos a busca pela informação e a reflexão sobre esta como agente capaz de transformar realidades vividas:

Informação e conhecimento são conceitos distintos. A informação existe em larga escala, embora parte da sociedade esteja excluída dessa realidade. O acesso a informação não significa acesso ao conhecimento. Conhecimento se traduz em amadurecimento, em análise da informação. Trata-se de capacidade intelectual (SIQUEIRA JUNIOR, 2007, p. 748).

A revolução informacional trata da disseminação da informação e assim há a propagação célere dos fatos sociais. Esse fenômeno provoca uma reflexão sobre tais fatos e as implicações que podem trazer para a sociedade, especialmente, porque é cada vez maior o número de pessoas e instituições conectadas aos meios de comunicação.

O modelo educacional deve atuar para a melhor formação e preparar os estudantes para o mercado de trabalho, que pretende ter colaboradores conectados e usar a informação para gerar conhecimento que, por sua vez, contribuirá para as tomadas de decisões organizacionais.

Sendo a sociedade da informação um fato social, cumpre-nos considerar o papel do Estado nesta realidade:

A cidadania surge no ambiente informacional e seus reflexos como construtora da democracia na sociedade atual. O ator principal da democracia ainda é o Estado, mas um Estado também em crise no exercício do seu papel de representante da sociedade. Compreender como as novas ferramentas tecnológicas da sociedade da informação podem estar contribuindo para a ampliação da cidadania, potencializando a democracia, e, também como os mais diversos canais de informação podem ser utilizados em prol do bem comum, dentro de um Estado Democrático de Direito (SIQUEIRA JUNIOR, 2007, p. 749).

O Estado, que se expressa como Democrático de Direito, desempenha uma atividade primordial, um papel fundamental, na medida em que é responsável por regular a vida em sociedade.

Frente à majoração da propagação da informação e à reflexão acerca de seu conteúdo, são observadas mudanças legislativas que, buscando atender aos anseios sociais, anunciam o zelo estatal pela segurança da informação e responsabilização pelo conteúdo disponível em sites, redes sociais e outros meios de disseminação da informação, competindo a área educacional atuar para que os futuros profissionais estejam, também neste sentido, preparados para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, contribuindo para a evolução social.

### **A organização empresarial e o trabalho a partir da quarta revolução industrial**

A quarta revolução industrial, também conhecida como Indústria 4.0, busca a otimização dos processos, com pretensões de majoração de lucro, mediante fusão da realidade empreendedora física, digital e biológica.

Segundo Tessarini e Saltorato: A Indústria 4.0 tem sido caracterizada pela incorporação de emergentes tecnologias de informação ao ambiente de produção, promovendo substanciais ganhos de produtividade e flexibilidade e transformando a natureza do trabalho industrial. Mais do que isso, seus impactos atingem toda a esfera empresarial, política, econômica e social, o que faz com que, não por acaso, venha sendo taxada como a quarta revolução industrial (TESSARINI; SALTORATO, 2018, p. 01).

Com uma tecnologia pautada em nuvem, projeta-se, em princípio, redução dos custos, em face da diminuição da mão de obra, com substituição cada vez mais efetiva do número de colaboradores, e alterações dos processos produtivos de forma imediata e conforme a demanda.

Nesta realidade vislumbra-se celeridade nas tomadas de decisões, pautadas em dados precisos, com inatividade zero ou nela acostada.

O Governo Federal, por meio do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e da Associação Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), reconhecendo a importância do tema, lançou a Agenda Brasil para a Indústria 4.0, destinada a promoção do desenvolvimento da Indústria 4.0 no Brasil.

Desafios e perspectivas da indústria brasileira na trajetória para a incorporação da quarta revolução industrial conduzem os profissionais que atuam na área educacional a refletirem sobre o papel da escola e do educador, para que existam profissionais bem preparados e assim contribuindo de maneira mais efetiva para o desenvolvimento do país.

Para reflexões desta natureza, perguntam-se: qual será a consequência da quarta revolução industrial para os postos de trabalho? Esses serão ampliados, em face das novas profissões que surgirão ou serão reduzidos em

face do lugar que as tecnologias tomarão? Quais alterações existirão na estrutura organizacional das empresas? Qual será o perfil profissional esperado?

Vislumbrando que a formação profissional corrobore para que a indústria de hoje se transforme e assim a indústria do amanhã seja construída lado a lado com o avanço da tecnologia e esta para uma sociedade mais equânime, faz-se necessário pensar na área educacional, conforme a seguir será desenvolvido.

### **A influência do sistema educacional na definição da estrutura social**

Segundo Klaus Schwab (2016, p. 1) “estamos no início de uma revolução que está mudando fundamentalmente a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos um com o outro”. O autor se refere à quarta revolução industrial e esta nos conduz a um olhar concentrado para a influência do sistema educacional na definição da estrutura social intencionada a partir de ideais de democracia, cidadania e isonomia.

As desigualdades sociais e educacionais são um tema bastante recorrente na Sociologia da Educação. Há diversas teorias que discorrem acerca da influência do sistema educacional na (re)definição da estrutura social. Entre essas, algumas análises centram-se na capacidade da escolarização viabilizar ou não a mobilidade social. No âmbito dessas discussões, três correntes ideológicas ganham destaque: a primeira, que afirma que a classe de origem determina completamente o destino dos indivíduos; a segunda, que advoga justamente o contrário, ou seja, que a classe social de origem influencia, mas não determina as trajetórias, e por fim as que depositam na instituição escolar grande parte da responsabilidade sobre os destinos individuais (NEVES, 2016, p. 96).

Partindo-se do prisma de que a escola, em sentido lato, pode contribuir para equalizar oportunidades e que a classe social de origem influencia, mas não é determinante, por si, nas trajetórias de vida, apresentam-se oportunas as reflexões quanto ao modelo de ensino-aprendizagem que poderá contribuir para o avanço social tão almejado, que pode encontrar na indústria 4.0 seu impulso.

Não obstante o exposto, Neves (2016), nesta seara educacional reflexiva, a partir de pesquisas realizadas, argumenta: Análise empírica realizada na Suécia, citada por Goldthorpe (2010), leva à reflexão sobre dois dilemas. O primeiro é que o aumento da escolaridade não aponta para um elevado crescimento econômico, pois não se percebe estreita relação entre maior escolarização e melhoria das forças produtivas. Por outro lado, há uma diminuição do desemprego. Mas é prematuro dizer que qualquer mudança tenha forte influência do aumento da escolarização, uma vez que não há pesquisas empíricas suficientemente consistentes que comprovem isso (NEVES, 2016, p. 100).

A citação acima eleva nossos pensamentos ao papel da educação, o seu real impacto pretendido para a evolução social. É fato que a empregabilidade é motivo de ganho socioeconômico, no entanto, pretende-se que a educação não apenas possibilite a empregabilidade, mas também eleve a colocação e/ou a recolocação profissional, de modo que um olhar atento sobre a real contribuição da educação nesta nova fase da história deve ocorrer.

Sabe-se que a posição na estrutura social reflete nas tomadas de decisões, pois é inegável o peso da herança social, não obstante o interesse individual e os recursos disponíveis podem igualmente alicerçar o futuro. Com essa visão crítica, políticas públicas educacionais podem impulsionar os estudantes ao mercado de trabalho com “bagagem” adequada para o futuro que se projeta – o futuro transformador para o indivíduo e para a coletividade.

A reflexão é no sentido de serem planejadas políticas públicas educacionais segundo os resultados pretendidos, ou seja, a educação atuando com objetivos sociais definidos. Propõe-se um projeto de sociedade em que a educação atue como principal vertente para que os objetivos sociais sejam alcançados. Ao se considerar a educação um relevante instrumento de transformação social, um projeto focado na preparação dos melhores profissionais para o mercado de trabalho da indústria 4.0 pode ser o elemento impulsionador social que tanto se almeja.

Este planejamento de políticas públicas educacionais está além da provisão de alimentação nas escolas, transporte para que os estudantes circulem de casa e/ou trabalho para a escola e vice-versa e programas específicos assistenciais voltados aos menos favorecidos.

Para que se formem profissionais necessários, indispensáveis, à Indústria 4.0 é preciso estudar o que esta nova realidade empreendedora demanda dos seus colaboradores e, então, atuar educacionalmente para que as habilidades necessárias sejam desenvolvidas na escola, preparando os estudantes para tal cenário.

Cientes de que as oportunidades de colocação e recolocação profissional, no modelo da Indústria 4.0, exigem mais do que atualmente as escolas estão ofertando, o projeto social ora apontado como necessário, com alicerce em políticas públicas educacionais, poderá trazer as mudanças tão almejadas pela sociedade. Para tanto, é oportuno um planejamento educacional articulado com as demandas do mundo do trabalho, com projeções de oportunidades isonômicas, independentemente do nível social que os estudantes ressoem.

### **Educação e Tecnologias: políticas educacionais**

Na indústria 4.0, as tecnologias aplicadas a diferentes áreas, saúde, comunicação, agronegócio e segmentos mercadológicos requerem profissionais com formação especializada. Evidencia-se, portanto, o papel da educação na sociedade contemporânea.

Verifica-se, portanto, que atualmente, o mundo caracteriza-se por contradições que se acentuaram a partir da era tecnológica e decorrentes exigências para o mundo do trabalho, de modo que é esperada a responsabilidade da escola. Podem-se verificar nas políticas educacionais novos discursos no que se refere às tecnologias.

Entre os discursos políticos-educacionais que são gerados a partir das políticas públicas educacionais, apresenta-se o discurso sobre o rápido desenvolvimento tecnológico da sociedade contemporânea, em que se podem verificar novas interações e novas práticas de linguagem, por exemplo. Segundo Fabrício (2008), evidencia-se a hibridização do público e do privado, com a subjetividade consumista, o prazer imediato, o culto à aparência, com o consequente declínio da interioridade e da reflexividade como valores.

Nesse cenário, no Brasil, em 2018 é publicada a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), que destaca como responsabilidade da escola tratar dessas novas práticas de linguagem no contexto contemporâneo e as atuais políticas de ensino, para o efetivo exercício da cidadania.

Na BNCC (2018), apresentam-se como práticas de linguagem contemporâneas os novos gêneros e textos, cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, além dos novos modos de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir, por meio

das novas tecnologias. Há referências, também, sobre as novas ferramentas para a edição de textos, como áudios, fotos e vídeos que tornam acessíveis a qualquer pessoa a produção e disponibilização de textos multissemióticos nas redes sociais e em outros ambientes da Web.

A Web é democrática, todos podem acessá-la e, também, alimentá-la e, apesar do espaço ser livre e bastante familiar para qualquer usuário, inclusive crianças e adolescentes, a escola não pode se omitir no que se refere a se considerar a importância das dimensões ética, estética e política desse uso, bem como saber lidar criticamente em relação aos conteúdos que circulam na Web.

Nesse aspecto, é indiscutível a importância da educação, para se preparar o cidadão crítico. Por exemplo, no ambiente digital, tão acessível pelas tecnologias móveis, não há garantia quanto ao que é publicado na web, o que é considerado adequado, bom e verdadeiro, além da viralização de publicações, que possibilita fenômenos como o da pós-verdade, em que as opiniões importam mais do que os fatos em si (BRASIL, 2018).

É possível se verificar que a escola, de acordo com esse discurso político-educacional, tem responsabilidade de preparar o indivíduo para valores éticos. Esse discurso político-educacional traz, implícito, um discurso de responsabilidade da escola pela formação do educando que está inserido nesse novo contexto decorrente do uso das novas tecnologias e de toda sua extensão na sociedade.

É um cenário que impacta no processo educacional e, cada vez mais rápido, o que implica grandes desafios para as metodologias, além de mudanças nos currículos e conteúdos. A própria essência da ideia de educação, segundo Bauman (2010), tal como ela se formou, é questionada, assim como a solidez das coisas ou a solidez dos vínculos humanos.

Essas discussões se impõem no contexto contemporâneo em que o consumo exige sempre a busca de soluções novas em sistemas também novos. Assim a escola, em qualquer nível, mais do que nunca, precisa se apropriar das novas linguagens audiovisuais e informáticas para atender a constantes exigências do mundo contemporâneo que, por sua vez, requer uma sintonia cada vez mais afinada ao conhecimento, não só científico, mas também quanto aos valores ético-culturais para a inserção profissional.

### **A educação proativa como elemento definidor e propulsor da sociedade**

A educação é elemento definidor e propulsor da sociedade, sendo sempre atual o estudo sobre seu papel no mundo moderno, considerando seus desafios, fragilidades e perspectivas.

A capacidade de não agir por impulso, de refletir e de tomar decisões a partir de resultados de experiências, eleva os indivíduos e assim contribui para uma sociedade mais equânime.

É fato que a primeira, a segunda e a terceira revolução industrial, em que pesem os reflexos tecnológicos e econômicos deles decorrentes, proporcionalmente pouco contribuíram para a elevação dos conceitos de cidadania, ética e responsabilidade social.

Para que a quarta revolução industrial não seja rotulada como fomentadora da elevação da taxa de desemprego e da concentração de renda, dentre as políticas públicas que devem ser efetivadas, desde logo, observa-se a pertinência de políticas na área educacional, de modo que, como ferramentas, uma vez implantadas, reformem a sociedade, proporcionando jovens preparados para as demandas que o mundo do trabalho está apresentando.

Cumpramos expor que é necessário preparar os jovens para o futuro profissional e, nesta seara, sabe-se que as tecnologias estão avançando expressivamente, não obstante os recursos tecnológicos dos ambientes educacionais estão, em regra e infelizmente, aquém.

Neste diapasão, buscar a contínua atualização tecnológica das ferramentas educacionais é relevante, mas não é a simples existência e uso de tais ferramentas que capacita os estudantes para o mercado de trabalho da indústria 4.0.

Nota-se que o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a capacidade de prever situações futuras, a partir da leitura de cenário atual, com senso crítico e visão de conjunto, são as competências almejadas pela indústria 4.0. Apenas com tais habilidades haverá colocação e recolocação profissional em postos que permitam o crescimento socioeconômico.

A transformação social almejada, que conduz a equidade, a distribuição de renda e a elevação intelectual da população será o berço da sociedade. A educação tem um relevante papel para a inclusão social, uma vez que é indiscutível o exercício da cidadania por meio do trabalho.

Somos todos desejosos de uma educação que emprega, que confere oportunidade de crescimento profissional e a permanência dos nossos profissionais no ambiente corporativo que ingressam.

A Indústria 4.0 fomenta a necessidade da Educação 4.0, sendo essencial, se almejamos transformação social com elevação do nível de vida, pensar nas necessidades educacionais das novas gerações.

Afinal, o que é a Educação 4.0? É aquela que atua para atender as necessidades do mundo do trabalho, a partir da quarta revolução industrial – a indústria 4.0. Desta forma, estudos para alcançarmos um modelo educacional que considere os avanços contínuos da tecnologia, que já apontam para uma inteligência artificial, nanotecnologia, sistemas robotizados e estruturas organizacionais para atender a estas demandas, vem a ser o único caminho para o êxito social.

O tempo urge quanto à estas reflexões. Pensar no profissional que o mundo do trabalho almeja para introduzir e fomentar a indústria 4.0 é primordial.

Tem-se aqui um expressivo desafio para os educadores; não apenas por estudar e definir os meios para tornar os futuros profissionais preparados, mas para demonstrar quais políticas públicas educacionais são indispensáveis para o êxito.

A velocidade da inovação prospecta a exigência constante de desenvolvimento de novas habilidade e conhecimentos. Seria o ambiente acadêmico aquele que estaria a todo momento ensinando estes novos saberes e assim tornando os futuros profissionais preparados? Como mantê-los atualizados após o término do ciclo estudantil? Eis as perguntas cujas respostas sustentam as políticas públicas que serão necessárias para que a quarta revolução industrial, de fato, traga o avanço social que tanto almejamos, notadamente em países emergentes, como o Brasil. Surge aqui a oportunidade de impulsionarmos a real revolução almejada, a revolução intelectual.

A educação 4.0 irá mudar o modo como aprendemos, sendo mais do que nos basearmos no conceito de learning by doing (aprender fazendo), atualmente conhecido como a educação do futuro, em que o processo de ensino-aprendizagem deve passa a ocorrer “colocando a mão na massa”, por meio de experiências, testes e projetos.

Não estamos expressando que o desenvolvimento de projetos nos quais os estudantes colocam em prática os conceitos teóricos aprendidos seja inoportuno; estamos indo além, estamos expressando que a técnica de learning by doing é importante, mas apenas esta ferramenta não preparará os futuros profissionais e, tampouco os manterão nas organizações.

A educação efetivamente contribuirá com o mundo do trabalho e, naturalmente, com a evolução social tão almejada, se estiver além das tecnologias de ponta. Eis a oportunidade de despontarmos para uma nova era!

Adentramos assim no papel da educação na sociedade e a argumentação ora pretendida sobre ser propício o momento para avançarmos socialmente, por meio da educação.

Há um amplo debate acerca do poder transformador e em que medida a escolarização é fator determinante para a realização social e fluidez de classes.

É relevante analisar o assunto à luz da Sociologia da Educação. Partindo das principais teorias que discorrem acerca da influência do sistema educacional na definição e redefinição da estrutura social, é importante pensar a realidade brasileira: suas conquistas, dilemas e desafios. Se a lacuna do acesso já foi superada, persistem em nosso país dois outros relevantes problemas: fluxo e qualidade. Ajustes no fluxo têm implicado em perda de qualidade e vice-versa (NEVES, 2016, p. 94).

A escola pode modificar a estrutura social vigente, mas, para tanto, os profissionais que nela atuam, notadamente os professores, tem desafios expressivos e demandam ações que apenas um projeto educacional ciente das realidades observadas pode vencer.

Neste sentido, notam-se que os mais carentes chegam aos acentos escolares com déficit e os professores, em regra, não estão preparados para atuarem de modo apropriado a serem supridas as deficiências, que materializam as diferenças observadas entre os estudantes.

Urge, frente ao exposto, política pública educacional que, consciente das realidades consideradas e das demandas do mercado de trabalho, estruture um modelo orgânico da sociedade almejada, para que, com tal foco, desde logo, a preparação do cidadão, como profissional do futuro, se efetive.

### **Considerações finais**

Na contemporaneidade, dessa sociedade da informação, a indústria 4.0 e a educação se configuram num cenário em que se manifestam diferentes tecnologias e em que são constituídos novos processos de identificação do sujeito em que as exigências das novas regras socioeconômicas interferem no processo educacional. Entender essa complexidade envolve diferentes ações na produção do conhecimento e no saber-fazer educacional.

Nesse contexto, portanto, em que predominam relações do saber e do saber-fazer, encontram-se a cultura da indústria 4.0, a constituição e identidade do sujeito contemporâneo, as tecnologias e o processo educacional.

A educação, hoje, à qual se referiu como uma educação proativa, trata da importância do saber numa sociedade em que os avanços tecnológicos deixam em evidência a necessidade de se pensarem mudanças nos paradigmas da produção, novas regras socioeconômicas e da necessidade da (res)significação de seu papel na sociedade.

### **Referências**

BAUMAN, Z. Capitalismo Parasitário. Trad. De Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BRASIL, Secretaria da Educação Básica. Base Nacional Comum Curricular, BNCC.

Brasília: MEC, 14 de dezembro de 2018. Disponível em <  
[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf) > acesso em 10 de fevereiro de 2019.

DANIEL, J. Educação e Tecnologia num mundo globalizado. Brasília, DF: Ed. UNESCO do Brasil, 2003.

DURKHEIM, Émile. Da Divisão do Trabalho Social. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FABRICIO, B.F Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem – redescritões em curso. In: MOITA LOPEZ (org.). Por uma linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola Editora, 2006, p.45-63

FRIEDMAN, Thomas L. O Mundo É Plano - Uma Breve História do Século XXI. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2005.

GOLTHORPE, J. H. Class analysis and the reorientation of class theory: the case of persisting differentials in educational attainment. British Journal of Sociology 2010, vol 61, Issue s1, p. 311-335.

LISBOA, Roberto Senise. Direito na sociedade da informação. Revista dos Tribunais, nº 847, p. 78-95, maio/2006.

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

NEVES, Karina Hernandes. A educação como elemento (re)definidor da sociedade. Pesquisa e Debate em Educação. Equidade, política e financiamento da educação pública. Revista do Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. V.6. n.1. 2016.

SIQUEIRA JUNIOR, Paulo Hamilton. Direito informacional: direito da sociedade da informação. Revista dos Tribunais, nº 859, p. 743-749, maio/2007.

SCHWAB, Klaus. The Fourth Industrial Revolution. Geneva: World Economic Forum, 2016.

TESSARINI JUNIOR, Geraldo; SALTORATO, Patrícia. Impactos da indústria 4.0 na organização do trabalho: uma revisão sistemática da literatura. Revista Eletrônica de Engenharia de Produção e Correlatas. Florianópolis, SC, v. 18, n. 2, p. 743-769, 2018.

# Boletim PIAUI Maio, 2020

## 1. Questões de gênero na escola? O que é isso?

Discutir as questões de gênero na educação requer considerar a alteridade, a pluralidade das diferenças culturais, de religião, étnico racial, de gênero, orientação sexual, entre outras. A onda conservadora, presente nas discussões políticas educacionais, parte da falácia de que gênero, sexualidade e identidade de gênero são invenções ideológicas. Em resposta, já em 2015, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) publicava o Manifesto pela igualdade de gênero na educação, assinado por 113 pesquisadores e grupos de estudos, ressaltando que “igualdade de gênero” na educação significaria um sistema escolar com ações específicas de combate às discriminações e reprodução das desigualdades tão presentes na sociedade. Exigia-se a garantia, aos cidadãos e cidadãs, de políticas de combate às desigualdades de gênero. A igualdade não implicaria em desconsiderar as diferenças que caracterizam as pessoas. Pelo contrário, exigiria a garantia de espaço democrático, em que tais diferenças não se desdobrariam em desigualdades. (ABA, 2015, p.54).

Permanece (e cresce em importância e desafio) a necessidade de tratar de gênero na educação, como forma de legitimar as diversidades, quebrando o silêncio, acordando e tratando de preconceitos antes adormecidos, pois é no silêncio, no “currículo explícito e oculto”, que vão se reproduzindo as desigualdades (BRASIL, 2009). Atualmente, o campo educacional tem passado por uma reforma constante das práticas curriculares, transitando por um processo de mudanças que incide sobre todos os envolvidos nesse processo, como os professores, coordenadores, gestores, familiares e demais funcionários da escola.

Seja no âmbito da pesquisa ou da reflexão sobre a prática, tem havido um interesse crescente sobre as temáticas relacionadas às competências do coordenador pedagógico, enquanto profissional do qual se espera o exercício de uma “função articuladora, formadora e transformadora, sendo, portanto, o mediador entre currículo e professores e o formador dos professores”. Essa última função consistiria no papel central da coordenação pedagógica. (PLACCO et al. (2011, p. 225).

No desempenho dessas funções, o coordenador pedagógico enfrenta questões relacionadas a uma rotina permeada por urgências, bem como as decorrentes da insuficiência de uma formação que discuta criticamente o processo de escolarização. Nesse contexto, o coordenador acaba se tornando aquele que dissemina as medidas oficiais e controla as atividades docentes, deixando de assumir suas competências na formação dos professores, no sentido de refletir com a equipe escolar as práticas pedagógicas e seus determinantes (PLACCO; SOUZA; ALMEIDA, 2012).

Permanece, então, a urgência de que o Coordenador Pedagógico desenvolva essa função mediadora “de revelar/desvelar os significados das propostas curriculares, para que os professores elaborem seus próprios sentidos [...]”, pois compete a ele “oferecer condições para que o professor [...] transforme seu conhecimento específico em ensino. ” Sua competência formativa se traduz nos papéis de articulador voltado para o trabalho coletivo e de transformador, ao estimular “a reflexão, a dúvida, a criatividade e a inovação.” (PLACCO et al., 2011, p. 230). É no âmbito dessas competências que o Coordenador Pedagógico atua para a articulação do trabalho docente, num processo reflexivo e de inovação em relação às questões de gênero que desafiam cotidianamente o coletivo escolar.

## **Interseccionalidades para a compreensão de gênero**

Tratar de gênero na escola requer um olhar plural que desvele todas as perspectivas transversais e suas interseccionalidades, conceito este utilizado pela primeira vez por Crenshaw (1991), especialista em raça e gênero. A teoria da interseccionalidade, proposta por essa professora feminista estadunidense, trata da associação simultânea de diferentes manifestações de preconceito, dominação e discriminação, tais como gênero, raça, sexo, classe social, orientação sexual atuando em contextos individuais, coletivos e arranjos culturais/institucionais. Ao buscar “capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” discute os modos pelos quais “o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

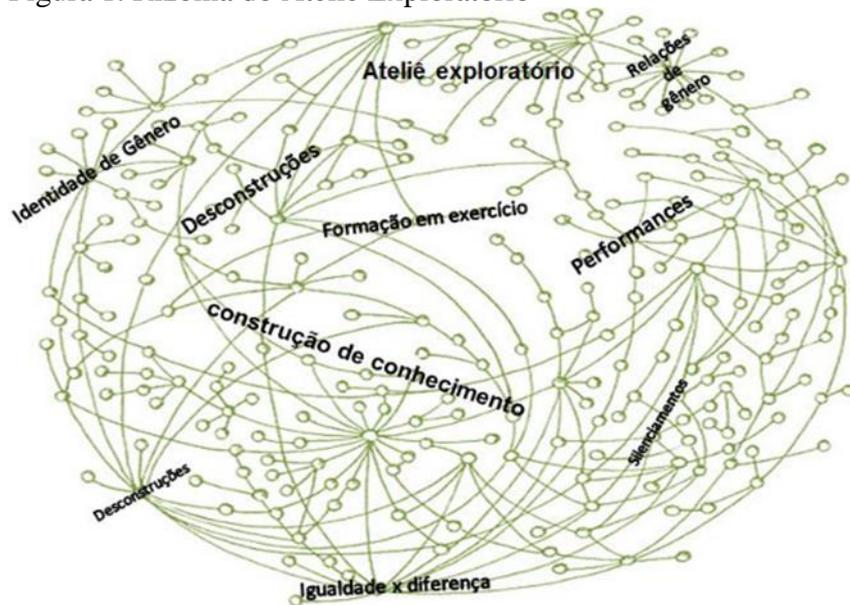
Bilge (2009, p. 70) ressalta que a teoria da interseccionalidade objetiva, numa perspectiva transdisciplinar, compreender “a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado “dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual”, postulando “sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.”

Ressaltam-se, por exemplo, as contradições e desigualdades que historicamente caracterizaram inclusive o movimento feminista, ao considerar a identidade da mulher como a da cultura ocidental, branca, heterossexual e de classe média. (BANDEIRA, 2000). Na discussão sobre a legítima unidade das mulheres contra a opressão do modelo patriarcal da sociedade ocidental, as mulheres brancas se esqueceram de que, oprimidas pelos homens, também oprimiam mulheres negras e/ou de estratos sociais inferiores, por exemplo. (RODRIGUES, 2013). Portanto, gênero não é o único fator de discriminação e é preciso discutir diferentes opressões para que se forme, por exemplo, uma consciência crítica em relação ao papel que o racismo desempenha na vida de mulheres negras, “tanto para a definição de políticas contra as discriminações sociais, como para a própria redefinição de conceito e da ação da cidadania.” (RIBEIRO, 1995, p. 455). O mesmo movimento deveria acontecer em relação a outros tipos de discriminação, como as de religião, de classe social, de gênero entre tantas outras.

Aquela visão ocidental e eurocêntrica pode ser representada pela imagem de uma árvore, que fixada a um ponto central – o tronco –, impõe uma relação de poder, em relação às ramificações. (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Assim, para Oliveira (2007), se a identidade predominante for a da mulher branca, classe média ou média alta, ocidental, heterossexual, certamente as que não respondem a esse padrão estarão excluídas ou serão consideradas secundárias.

Deleuze e Guattari (1995, p.14) propuseram, então, pensar o feminismo em uma perspectiva de rizoma. O termo, importado da botânica, se refere a um tipo específico de raiz, como por exemplo a grama, que tem um crescimento diferenciado, sem uma direção definida, cuja característica é de proliferar e espalhar. Nas ciências sociais “um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais. A representação rizomática utilizada no Ateliê Exploratório, projeto orientado por Silva (2017), é emblemática para a compreensão dessas questões no âmbito da formação de professores.

Figura 1. Rizoma do Ateliê Exploratório



Fonte: (OLIVEIRA, et al, 2017a, p2)

O conjunto das diversas e complexas possibilidades e formas de vivenciar e compreender gênero é fundamental para a premência dos avanços em estudos de gênero segundo a emaranhada tessitura de múltiplas conjugações de opressão. É nessa perspectiva que se procurou compreender o trabalho de coordenadoras pedagógicas atuantes em uma rede de ensino de um município de pequeno porte da Região Metropolitana do Vale do Paraíba Paulista e Litoral Norte, no estado de São Paulo, com população estimada em 86.764 habitantes em 2015 (IBGE, 2016), um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,807(19) e uma extensão territorial de 414,160 km<sup>2</sup>.

A rede municipal de educação era formada por 39 escolas municipais, sendo oito centros municipais de Educação Infantil (CMEI) e 31 escolas de Ensino Fundamental, além de 8 escolas estaduais. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município para o ano de 2017 nos anos iniciais foi de 5,7 não tendo atingido a meta prevista para 5,8, e nos anos finais o IDEB ficou em 5.0 não atingindo também os níveis educacionais estabelecidos pelo Ministério da Educação que previa 5.2 para o referido ciclo.

O município possuía o Observatório de Violências nas Escolas, iniciativa de uma Universidade local, com um tratamento interdisciplinar à temática, pois as violências assumem uma identidade própria, ainda que se manifestem por meio de expressões muitas vezes tratadas como corriqueiras: as agressões físicas e verbais, as incivildades, os preconceitos, entre outras manifestações (KOEHLER, 2016). Havia também o Observatório de Juventudes, cujo objetivo era se constituir num espaço para a pesquisa das juventudes, assim como a inclusão do jovem nos debates (ALVARENGA, 2015).

## Referências

ABA - Associação Brasileira de Antropologia. Manifesto pela igualdade de gênero na educação: por uma escola democrática, inclusiva e sem censuras. 2015. Disponível em: [http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto\\_Pela\\_Igualdade\\_de\\_Genero\\_na\\_Educacao\\_Final.pdf](http://www.portal.abant.org.br/images/Noticias/Manifesto_Pela_Igualdade_de_Genero_na_Educacao_Final.pdf). Acesso em 15 de agosto de 2017

- ASSIS, M.D.P.; CANEN, A. Identidade Negra e Espaço Educacional: vozes, histórias e contribuições do multiculturalismo, Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, Set/dez. 2004.
- ÁVILA, M. A. Biograma profissional. procedimento metodológico para a aproximação ao singular e coletivo na pesquisa (auto)biográfica em educação. In: Eunice Cunico Furlanetto; Adair Mendes Nacarato; Terezinha Valim Oliver Gonçalves. (Org.). Espaços formativos, trajetórias de vida e narrativas docentes. Curitiba: CRV, 2018, v. 6.
- BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. Diogène, n. 1, p. 70-88, 2009.
- BOLÍVAR, A. (Org.). Profissão professor: o itinerário profissional e a construção da escola. Bauru: EDUSC, 2002.
- BOLÍVAR, A.; DOMINGO, J.; FERNÁNDEZ, M. La investigación biográfico-narrativa en educación: enfoque y metodología. Madrid: La Muralla, 2001.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. 1996.
- BRASIL. MEC/SEB/Diretoria de fortalecimento Institucional de Gestão Educacional. Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública. Projeto de Especialização em Gestão Escolar (Lato Sensu). Projeto de Curso. Brasília: Revisado em maio de 2009.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. Lei 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Congresso. Brasília. 2014.
- CARVALHO, M. R. V. de. Perfil do professor da educação básica. Brasília, DF : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. 67 p. – (Série Documental. Relatos de Pesquisa, ISSN 0140-6551; n. 41).
- CASTRO, A. L. (Org.). Cultura contemporânea, identidades e sociabilidades: olhares sobre corpo, mídia e novas tecnologias [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 213 p. ISBN 978-85-7983-095-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. Narrative inquiry: experience and story in qualitative research. San Francisco: Jossey-Bass Company, 2000.
- CRENSHAW, K. W. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. Stanford Law Review, 43(6),1991.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, v. 1, p. 11-37, 1995. Disponível em: <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-guattari-mil-platos-vol1.pdf>. Acesso em 04 de maio de 2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 25 de agosto de 2018.
- KOEHLER, S. Observatório de violências nas escolas: quem somos. 2016. Disponível em: <<http://www.lo.unisal.br/nova/observatorio2/atividades.html>>. Acesso em: 30 de julho de 2016.
- LARROSA. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

- MARCELO, C. A identidade docente: constantes e desafios. Formação docente. Belo horizonte, vol.1, n.1, p. 109-131, Ago-Dez. 2009.
- NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. Religião e Intolerância à Homossexualidade: tendências contemporâneas no Brasil. In: SILVA, V. G. Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: Edusp. 2007.
- NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Org.). Profissão professor. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995.
- NÓVOA, A. Os professores e a sua profissão. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- OLIVEIRA, A. V. de. A Expressão Constituinte do Feminismo: por uma retomada do processo liberatório da mulher. Dissertação. PUC: Rio de Janeiro. 2007.
- PIMENTA, S. G. Formação de professores: saberes da docência e da identidade do professor. IN: FAZENDA, Ivani (org.). Didática e interdisciplinaridade. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.
- PLACCO, V. M. N. de S. (Org.). O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- PLACCO, V. M. N. de S. et al. O coordenador pedagógico (CP) e a formação de professores: intenções, tensões e contradições. São Paulo, Revista Estudos e Pesquisas Educacionais, n. 2, Fundação Victor Civita, 2011.
- PLACCO, V. M. N. de; SOUZA, V. L. T. de; ALMEIDA, L. R. de. O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas. Caderno de Pesquisa. [online]. vol.42, n.147, p.754-771. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742012000300006&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742012000300006&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em 18 de abr de 2020.
- RIBEIRO, M. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga e Beijing. Revista Estudos Feministas. n. 2, p. 446-457. 1995.
- RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. X Seminário Internacional Fazendo Gênero, Anais eletrônicos. Florianópolis. 2013.
- SEFFNER, F. Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar. In: JUNQUEIRA, R. Diversidade sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. (Org.). Brasília: MEC/Secad/Unesco, 2009. P1 125-139.
- SILVA, S. M. P. da. Decifra-me! Não me devore! Gênero e sexualidade nas tramas das lembranças e nas práticas escolares. Tese. USP: São Paulo. 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-15022016-091113/pt-br.php>. Acesso em 17 de julho de 2019.
- SZYMANSKI, H. (Org.). A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva. Brasília, DF: Liber Livro, 2004.
- TARDIF, M.; VENÂNCIO. A. O.; CORDEIRO. A. F. M. Coordenador pedagógico, trabalho docente na SAP e as dificuldades no processo de escolarização. Barbarói - UNISC: Santa Cruz do Sul, n.41, jul./dez. 2014.